

A literatura comparada descolonial como método investigativo de abordagem crítica: uma revisão teórica do método

Ricardo Richard Ramos* 

Daniela Mantarro Callipo 

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Brasil

*Autor de correspondência: ricardo.richard@unesp.br

RESUMO

Este artigo aborda a literatura comparada de uma perspectiva descolonial, enfatizando a importância de dar voz aos grupos marginalizados e de questionar as narrativas hegemônicas que muitas vezes dominam o campo literário. A literatura é apresentada como um meio poderoso para refletir e criticar as injustiças sociais, e a proposta de uma literatura comparada descolonial busca incluir diversas vozes e experiências, especialmente aquelas que foram historicamente silenciadas. O ato de comparar demanda autocrítica, reconhecendo que as ideologias e discursos dominantes podem perpetuar desigualdades. Além disso, a ideia de "semelhanças-na-diferença" é central para essa abordagem, pois permite uma análise mais rica e complexa das interações entre diferentes culturas e literaturas, sem cair na armadilha da hierarquização. O papel do subalterno é destacado como essencial para descolonizar as visões dominantes e visibilizar o sofrimento de povos marginalizados. O objetivo deste artigo é, portanto, trazer as principais discussões acerca do que se entende por uma Literatura Comparada descolonial. Para fomentar essa discussão, baseamo-nos nos textos de Alós (2012), Mignolo (2003), Nolasco (2024) e Stancheva (2022), dentre outros. Conclui-se que ao comparatista cabe não somente discutir a descolonialidade, mas colocá-la em discussão, no momento de suas práticas comparadas.

PALAVRAS-CHAVE:

Identities
Descolonialism
Subalternity
Comparative literature

SUBMETIDO: 5 de abril de 2025 | **ACEITO:** 18 de junho de 2025 | **PUBLICADO:** 31 de dezembro de 2025

© fólio – revista de letras 2025. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Se o discurso é poder, muito frequentemente, as locuções enunciativas da meritocracia têm revelado a sua posição sobre o que pensam das classes *menos favorecidas*. Um exemplo emblemático dessa questão pode ser encontrado nas construções do discurso, que são ideológicas, e acabam produzindo um efeito

tão desmoralizante que entram em conflito com um elevado nível de autoafirmação dos indivíduos.

É possível evidenciar os constantes embates culturais de classe, conhecidos por *culture war*, como proliferadores do ódio e da intolerância. Guerra cultural é um termo cunhado pelo sociólogo James Davidson Hunter em 1991, segundo o qual as discussões e disputas políticas escondem ideais morais que almejam definir a ordem e a manutenção da vida pública, de acordo com tendências antagônicas. De um lado, tem-se uma visão moral tradicionalista ou ortodoxa, para a qual o objetivo de uma sociedade deveria ser revitalizar e compreender os mais nobres ideais e realizações da civilização; de outro lado, existe uma visão moral progressista que considera o passado como ponto de referência, mas também uma fonte de opressão (Hunter, 2022, p. 30). Dessa forma, o que é considerado “real ou bom” varia de acordo com as particularidades de um contexto, não sendo constante, nem duradouro.

Como se percebe, a arte é feita graças a uma rede interligada e em constante evolução, é então normal existirem óticas diferentes ao significar os espaços diversos, porém, muitas vezes, enquanto alguns sujeitos desejam representar seus espaços através de seus saberes, porque passam por experiências únicas e até distintas daquelas contadas pela elite, existem grupos e indivíduos que fazem de suas representações as únicas possíveis, as universais. Estamos diante, portanto, de diferentes formas de enxergar e significar o mundo, formas estas que se situam entre o hegemônico e o subalternizado.

Nesse sentido, se um dos papéis da literatura é evocar um outro mundo para que possamos sustentar a realidade, como refere Candido em *Direito à Literatura* (1988, p.174), ela é um bem fundamental, *incompressível*, que deve ser oferecido a todos.

são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc. e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura

Por compreender que, infelizmente, a literatura ainda não é um direito de todos, os estudos comparatistas atuais discutem e teorizam a descolonização e

passam a defender não somente a busca de semelhanças e diferenças entre obras e autores, mas “as semelhanças-na-diferença”. Segundo Mignolo,

[e]nquanto a noção de semelhanças-e-diferenças constitui o arcabouço conceitual dentro do qual se construiu a própria ideia da civilização ocidental (relegando as diferenças aos bárbaros, selvagens, canibais, primitivos, subdesenvolvidos etc), a ideia de semelhanças-na-diferença evoca a recolocação de línguas, povos e culturas cujas diferenças são examinadas, não numa direção única (a da noção restrita dos processos civilizadores como a marcha triunfal da modernidade), mas em todas as direções e temporalidades regionais possíveis. (Mignolo, 2003, p.278).

Nolasco caminha no mesmo sentido, ao propor, não uma reconceitualização da literatura comparada, mas a “possibilidade de uma literatura comparada outra” (Nolasco, 2024, p.83), que leve em conta a “diferença colonial” e todas as outras diferenças que foram instauradas entre as nações imperiais, a fim de direcionar o conceito de literatura para o campo das fronteiras entre as línguas. O teórico propõe o conceito de *desmetaforização* assentada na *desobediência epistêmica*, na qual, ao mesmo tempo em que se reconhece o sistema colonial moderno, procura-se rechaçá-lo. Desmetaforizar, portanto,

volta-se para a importância dos lugares fronteiriços geopolíticos e epistemológicos, privilegiando não a hibridização dos lugares e seus descentramentos, mas, antes, a possibilidade de pensá-los sempre a partir de sua condição de biolocus e geoistórica (Nolasco, 2024, p.87).

O que o comparatista deve buscar, portanto, é “re-comparar”, recolocando as línguas e literaturas, os povos e as culturas em “todas as direções e loci possíveis” e não como tem feito a visada hegemônica.

Nolasco (2018, p.13) sugere que se faça uma pesquisa de base subalterna, fronteiriça e periférica, a fim de se evitar a “exclusão preconceituosa que move o mundo” e não repetir as teorias que migram dos grandes centros do país para as margens. O estudioso propõe pesquisar a partir “de onde se pensa”, pois a “inserção de seu bios na origem de sua reflexão” pode fazer toda a diferença, visto que os estudos acadêmicos costumam excluir a presença do corpo daquele que pesquisa, que ocupa um lugar específico no espaço da cultura. Cabe, portanto, ao pesquisador perguntar-se de onde ele se manifesta, pois esse *locus* enunciativo é onde está seu corpo epistêmico.

Neste sentido, considerando que existe uma herança discursiva colonial, que tem servido de instrumento de difusão de conhecimentos e ideologias, modelos e

conceitos, é preciso questionar os cânones que, segundo Alós, revelam-se como os “maiores esteios de uma tradição euro/falocêntrica e racista, que privilegiou certas vozes em detrimento de outras na construção dos paradigmas de referência e de valoração estética” (Alós, 2012, p.11). Para o teórico, discutir e relativizar o cânone é necessário para abalar as tradições e os sistemas de valores que foram instituídos pelos centros de poder.

Alós (2012, p.12) reflete acerca do cânone, que lhe parece ser o sustentáculo de uma tradição “euro/falocêntrica e racista” que acabou por privilegiar alguns autores e consagrá-los como modelos de referência estética, excluindo outras vozes que não representavam os valores eleitos, como as literaturas dos povos originários da América Latina, ou as manifestações literárias escritas em línguas autóctones. Para o crítico, o *locus de enunciação* do comparatista deve ser considerado para que ele possa analisar não somente o texto literário, mas também suas relações com outras manifestações culturais. A Literatura Comparada ganha maior importância ao refletir sobre as literaturas e culturas estrangeiras, de “forma a fazer da ética e da alteridade imperativos políticos filosóficos para o novo milênio” (Alós; Schmidt, 2009, p.144). Já que os choques entre as culturas são inevitáveis, é necessário que eles se tornem positivos para as coletividades, contribuindo com sua edificação.

A Literatura Comparada tem um papel preponderante nessas discussões, uma vez que os critérios estéticos que as metrópoles impõem são relativizados e, ao mesmo tempo, os países centrais assistem às reivindicações de grupos subalternizados. Dessa forma, os estudos comparatistas instauram “novas possibilidades éticas que invocam a alteridade como conceito-chave na crítica cultural” (Alós, 2012, p.12).

O primeiro elemento na Literatura Comparada descolonial a ser observado é que foi descartada a noção de influência e, mesmo em se tratando, em alguns casos, de busca de fontes, ela não visa comprovar a superioridade de um autor em relação a outro, nem apenas evidenciar as semelhanças entre as obras, como se fazia no Oitocentos europeu, “sem se ocupar com as eventuais diferenças entre dois textos ou dois autores contemporâneos (Carvalho, 2006, p.32).

Essa perspectiva contradiz a definição eurocêntrica, segundo a qual o comparatismo é a arte de aproximar textos literários entre si, por meio da busca

de analogias, semelhanças e influências. O que interessa é partir de uma semelhança entre obras, mas destacar as suas diferenças, pois são elas que revelam a criatividade e o projeto literário de nossos escritores.

Para Stantcheva (2022), a noção de influência carrega consigo uma relação de dependência entre duas literaturas e lhe parece um erro confrontar obras partindo do pressuposto de que existe uma subordinação entre elas, sobretudo, porque se trata de um ato de criação artística. A crítica búlgara propõe nos lembrarmos de que as literaturas se produzem em um determinado local, sob certas condições mentais e promovem ideias inovadoras junto às sociedades, modificando o comportamento humano. Os estudos comparatistas devem estudar a maneira pela qual os povos interagem, verificando quais são as trocas morais e espirituais que eles estabelecem entre si por meio da palavra. E conclui: “Colocar as literaturas em pé de igualdade permite uma análise liberta dos preconceitos (Stantcheva, 2022, p.3, trad. nossa)¹.”

José Luís Jobim ensina que, para comparar, é necessário haver, nas obras selecionadas, uma estrutura na qual estejam presentes dois objetos diversos e uma teoria ou ideia que os coloque em diálogo. No entanto, observar semelhanças e diferenças não é suficiente; faz-se necessário observar a *produção de sentidos* que se obtém ao verificar o relacionamento entre os objetos. Ocorre que essa produção de sentidos tem um sentido histórico na medida em que ela atribui uma série de qualidades aos objetos comparados, que são elaboradas “no próprio ato de comparar, ato este que também apresenta traços de uma certa transmissão histórica de sentidos do passado com efeitos no presente” (Jobim, 2020, p.409). O teórico acredita ser impossível comparar sem se levar em conta a temporalidade histórica, nem o espaço que nos condiciona social e culturalmente, pois é por meio deles que observamos os objetos do mundo.

Por sua vez, Silviano Santiago insiste no diálogo não apenas entre textos, como também entre diferentes culturas, propondo a diferença como conceito operacional. Em “O ‘entre-lugar’ do discurso latino-americano”, tece críticas às teorias eurocêntricas e às concepções hegemônicas de modernidade,

1 No original: “Mettre les littératures sur un pied d’égalité permet une analyse libérée des préjugés.” (Stantcheva, 2022, p.3)

destacando a originalidade das narrativas criadas em países que foram colonizados e pensam ser imprescindível produzir um novo texto que “afrente” o modelo original, negando-o, muitas vezes. (Santiago, 2000, p.23). O “entre-lugar” seria uma recusa dos binarismos, uma rejeição das influências passivas, uma retomada da “antropofagia cultural” de Oswald de Andrade, que preconiza um aproveitamento crítico de tudo aquilo que é lido, uma seleção do que interessa, e um repúdio à integração harmoniosa entre culturas.

Por seu turno, Homi K. Bhabha, crítico pós-colonialista contemporâneo, colabora com a discussão trazendo o conceito de “hibridismo”, fenômeno que leva em consideração as diferenças de tempo, espaço e gerações que impedem um alinhamento cultural. Por essa razão, parece-lhe ser impossível a apropriação completa da cultura, pois todo contato está “contaminado”, ou seja, marcado pelo outro. (Bhabha, 1998, p.312). O teórico argumenta que a representação da diferença não se limita às características étnicas ou culturais, mas ela é uma negociação complexa que tende a autorizar a hibridação cultural que ocorre em um momento de transformações históricas. A diferença conceituada por Bhabha não significa alteridade, mas ela possibilita formas de pensar e de se expressar híbridas, que contêm diferentes combinações culturais, o que desafia a criação de uma narrativa nacional hegemônica centrada em oposições como centro e periferia, colonizador e colonizado.

Walter D. Mignolo (2008, p.324) propõe uma orientação descolonial no modo de pensar e agir, uma “desobediência epistêmica” que torne visíveis os privilégios do homem branco e permita às comunidades que foram privadas de suas “almas” revelar seu modo de pensar. Elas precisam aprender a “desaprender”, desprogramar seus cérebros, cujo conhecimento foi construído pela razão imperial e colonial, que se afirma como uma identidade superior ao “construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da esfera normativa do ‘real’” (Mignolo, 2008, p.291). O teórico torna-se importante para a Literatura Comparada ao tratar da formação da teorização colonial, chamando a atenção para o fato de que o crítico literário pode agir de maneira colonial/subalterna em suas práticas teóricas.

Também interessa estudar a *transversalidade* da Literatura Comparada, seja no que concerne às fronteiras entre nações ou idiomas, seja no que diz respeito

aos limites entre as áreas do conhecimento, o que assegura à disciplina um caráter de amplitude e um “sentido de inadequação à compartimentação do saber” (Coutinho, 2013, p.12), impossibilitando a delimitação de suas fronteiras.

E é na relação da Literatura com outras formas de expressão artística que a transversalidade se manifesta de maneira mais significativa: literatura e cinema, literatura e artes plásticas, literatura e música. Ou então, com outras áreas do conhecimento, como Literatura e Filosofia, Literatura e Direito ou Literatura e Psicanálise, por exemplo.

O papel do leitor se torna fundamental para aproximar obras que não estabelecem diálogo graças à intertextualidade explícita; ao mesmo tempo, a sua *memória da literatura*, para usar uma expressão de Samoyault (2008), faz com que o diálogo a ser (ou não) estabelecido dependa de sua capacidade de fazer associações, de sua *memória cultural*. Por esse motivo, a recepção é tão importante quanto a produção de uma obra, porque ela a *instala* em um sistema de “repetição, retomada ou ainda da re-escritura” (Samoyault, 2008, p.74). Assim sendo, a *memória da literatura* se constrói sobre um tripé: a memória que o texto traz consigo, aquela do autor e a do leitor. (p.143). Tudo isso leva a pensar no cuidado que se deve ter com as informações trazidas pelos agentes que constroem essa memória: de onde eles vêm? Porque a literatura está sempre ocupando um lugar no mundo e “trata sempre de algo além de si própria” (Palumbo-Liu, 2019). Por essa razão, é preciso pensar nas consequências do ato de comparar: atribuirei valores positivos a determinado autor, em detrimento de outro, como sofisticação, progresso, civilização?

Acreditamos que o incômodo é a mola propulsora para o avanço, o aprendizado e a superação. Dominar as técnicas da Literatura Comparada provoca um certo conforto paralisador bastante nocivo, porque nos impede de refletir acerca do que fazemos e *de onde* fazemos.

A pergunta que se deve colocar é: por que estou comparando e por que *desta* maneira? (Palumbo-Liu, 2019) Em vez de apenas listar semelhanças e diferenças entre as obras, é necessário lembrar que toda comparação circula no mundo e, portanto, tem um momento de “avaliação e julgamento”, que nos obriga a uma “avaliação ética” e ao reconhecimento da legitimidade do Outro.

Para comparar, é necessário estabelecer uma discussão que se apoia no tempo e no espaço, mas que seja relevante para o presente, considerando as marcas de subjetividades diversas e refletindo acerca dos papéis que desempenham.

Logo, o que se deve propor são reformulações no método investigativo, criando ferramentas novas, diferentes pontos de vista, diversas perspectivas, porque a tradição está a todo instante sendo reformulada, abrindo margem para novas contribuições, principalmente para as literaturas subalternizadas. Porque as “guerras culturais” nunca acabam e devemos trazer mais diversidade sem excluir, limitar ou impedir a existência de outras visões de mundo, que sempre foram consideradas inferiores.

Todos se beneficiam de uma maior diversidade, principalmente com sujeitos tão diversos, posicionando-se para que todos sejam ouvidos. Para Quijano (2005, p.125), é preciso “dessacralizar” as hierarquias e as autoridades,

tanto na dimensão material das relações sociais como em sua intersubjetividade; a dessacralização, a mudança ou o desmantelamento das correspondentes estruturas e instituições. A individualização das pessoas só adquire seu sentido nesse contexto, a necessidade de um foro próprio para pensar, para duvidar, para decidir; a liberdade individual, em suma, contra as adscrições sociais fixadas e em consequência a necessidade de igualdade social entre os indivíduos.

Como se vê, existe uma integração entre a prática da Literatura Comparada e as reflexões acerca da descoloniedade. O comparatista contemporâneo deve questionar as bases tradicionais do seu saber, ou seja, o “paradigma eurocêntrico”, definido por Dussel como uma “superideologia que fundará a legitimidade da dominação do sistema mundo” (2000, p.5).

Para o filósofo argentino,

O “eurocentrismo” consiste exatamente em constituir como *universalidade abstrata humana em geral* momentos da *particularidade europeia*, a primeira particularidade *de fato* mundial (quer dizer, a primeira universalidade humana concreta). A cultura, a civilização, a filosofia, a subjetividade, etc. modemo-europeias foram tomadas como a cultura, a civilização, a filosofia, a subjetividade, etc. *sem mais* (humano-universal abstrata) (Dussel, 2000, p.69).

Em outros termos, levar em consideração o ponto de vista do subalterno faz-se essencial para evidenciar seu lugar de fala, a fim de descolonizar visões e

produções das nações imperialistas, dando visibilidade aos povos segregados, aos povos minoritários e às classes minorizadas.

Como vemos, a literatura comparada deve abrir-se a outras modalidades de pesquisa, (re)produzindo seus estudos através de novas perspectivas geracionais, pensando numa cultura que transcende as barreiras do tempo e do espaço geográfico, a fim de desconstruir as técnicas fronteiriças. Para alcançar a cerca, o muro, distanciar-se da ideia centrada, descolonizando os discursos elitistas, em busca da emancipação e da defesa da própria identidade. Porque no processo de pesquisa da literatura comparada, entendida como ciência investigativa, os cânones seguem uma tradição de herança europeia, falocêntrica, racista, misógina, aporofóbica e LGBTfóbica, tendo grupos privilegiados, na construção de uma referência estética. Isto mostra que se deve privilegiar a literatura herdada para evitar a reprodução de escritos hegemônicos.

Segundo Vale (2024, p.128),

falar brasileiro não é apenas uma escolha estética ou acadêmica; é uma postura ética e política, que se compromete com a luta pela descolonização do saber e pela valorização das culturas e identidades latino-americanas.

Portanto, a literatura comparada descolonial deve ser uma prática que não se atém à análise do texto, mas propõe uma leitura “crítica e engajada”, a fim de provocar transformações na realidade, “a partir da compreensão profunda e respeitosa das múltiplas vozes que compõem o nosso continente” (Vale, 2024, p.129).

A proposta de uma literatura comparada descolonial deve ecoar no ensino superior, valorizando as múltiplas e diversificadas vozes que compõem a nossa diversidade cultural e criando um espaço de diálogo, no qual as narrativas possam ser comparadas segundo novas perspectivas e favorecendo um pensamento crítico que não se curva às hierarquias previamente estabelecidas.

Para Jitsumori (2024, p.32), a busca pela identidade deve ser abordada pela Literatura Comparada, uma vez que ela é “um passo para revisar-se”, pois os saberes identitários “chacoalharam” suas poeiras históricas, revelando que não há uma “identidade cabal, mas que diante do outro há um algo que me faz apelo a retomar a mim mesmo e acolher esse ser do outro”. Desse modo, a identidade não é um atributo fixo, mas um fenômeno cultural que se transforma todo o tempo, de acordo com as interações sociais e as narrativas culturais

compartilhadas. Jitsumori propõe, então, as *identilasticidades*, que o teórico define como:

simbologias, elementos e signos que permanecem, não se reenquadram e nem simbolizam o passado com as mesmas lógicas. O presente, embora marcado por elementos fundamentais, precisam ser entendidos como meios para potencializar o sujeito, ser um momento de elastidentidade, a fim de lançar o “eu” num além de possibilidades e experiências, mas que ao retornar para um “si, não seja acusado de não incorporar um modo de ser [...] (Jitsumori; Nolasco, 2022, p.40).

À Literatura Comparada descolonial cabe, portanto, reconhecer as diferenças entre os sujeitos e levar em consideração os lugares de onde esses sujeitos falam, a fim de que saberes encobertos pela matriz colonial hegemônica possam ser colocados em evidência. Desse modo, falar de um lugar geográfico específico se torna uma atividade política.

REFERÊNCIAS

- ALÓS, Anselmo Peres. A literatura comparada neste início de milênio: tendências e perspectivas. *Ângulo 130 - Literatura Comparada* v.I, jul./set., 2012. p.7-12.
- BHABHA, Homi K. 1998. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis e Gláucia R. E. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *O Direito à Literatura*. São Paulo: Angelus Novus, 1998.
- CARVALHAL, Tania Franco. Intertextualidade: a migração de um conceito. *Via Atlântica*, 7(1), p.125-136, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50046>. Acesso em 05/04/2025.
- COUTINHO, Eduardo. *Literatura Comparada: reflexões*. São Paulo: Annablume, 2013.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. São Paulo: Vozes, 2000.
- HUNTER, J. D., & Zanon, C. (2022). A guerra cultural contínua. *Políticas Culturais Em Revista*, 15(1), 22-62. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385>. Acesso em 5/4/2025.
- JITSUMORI, Carlos Igor de Oliveira; NOLASCO, Edgar César. Das identidades para as 25 identilasticidades: uma perspectiva outra do pensar e saber descolonial. In: JITSUMORI, Carlos Igor de Oliveira; NOLASCO, Edgar César; VALE, Fábio (Orgs.). *Pedagogias e Práticas Educacionais: ancoragens político-descoloniais contemporâneas*. Campo Grande, MS: Editora Ecodidática, 2022, p.28-41.
- JITSUMORI, Carlos Igor de Oliveira. Descolonizar identidades latinas: para um descomparar nas identilasticidades com anseio ético. *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, MS, v.1, p.31-42, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/22069>. Acesso em 6/4/2025.
- JOBIM, José Luís. Literatura nacional e Literatura Comparada. *Gragoatá*, Niterói, v.25, número comemorativo, p.401-414, julho 2020b.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2003.
- NOLASCO, Edgar Cezar. Literatura comparada descolonial: conceituações. *Cadernos de estudos culturais*. Campo Grande, MS, v.1, p.77-94, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/21671>. Acesso em 05/04/2025.
- NOLASCO, Edgar César. Descolonizando a pesquisa acadêmica: uma teorização sem disciplinas. *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, v.1, p.9-21, jan./jun. 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7725>. Acesso em 15/03/2025.

PALUMBO-LIU, David. A Ética antes da Comparação. *Revista Abralic*. 2019, v.21, n.37. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/522/687>. Acesso em 05/04/2025.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Flores da escrivantina: ensaios*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina 1. A *Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p.107-126, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 05/04/2025.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos. Ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. Disponível em: <https://iedamagri.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/silviano-santiago-o-entre-lugar-do-discurso-latino-americano-1971-in-uma-literatura-nos.pdf>. Acesso em 05/04/2025.

STANTCHEVA, Roumiana L., « Pour une équité dans la littérature comparée. Autour du comparatisme en Bulgarie », *Fabula / Les colloques*, « Partie I. Les nouvelles voies du comparatisme européen. Les horizons de la comparaison », Disponível em: <https://www.fabula.org/colloques/document8633.php>. Acesso em 03/04/2025.

VALE, Fábio do. Literatura Comparada: (des)comparar para (re)comparar a partir do idioma brasileiro. *Cadernos de Estudos Culturais: Literatura Comparada Descolonial* v.1 n.0, 2024 . Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/22074>. Acesso em 06/04/2025.

Decolonial comparative literature as an investigative method of critical approach: a theoretical review of the method

ABSTRACT

This article approaches comparative literature from a decolonial perspective, emphasizing the importance of giving voice to marginalized groups and challenging the hegemonic narratives that often dominate the literary field. Literature is presented as a powerful means of reflecting on and critiquing social injustices, and the proposal of a decolonial comparative literature aims to include diverse voices and experiences, especially those that have been historically silenced. The text also mentions the need for self-criticism in the act of comparison, recognizing that dominant ideologies and discourses can perpetuate inequalities. Furthermore, the idea of "similarities-in-difference" is central to this approach, as it allows for a richer and more complex analysis of the interactions between different cultures and literatures, without falling into the trap of hierarchization. The role of the subaltern is emphasized as essential for decolonizing dominant visions and making visible the suffering of marginalized peoples. The aim of this article is therefore to provide the main discussions on what is meant by decolonial comparative literature. To fuel this discussion, we draw on the texts of Alós (2012), Mignolo (2003), Nolasco (2024) and Stancheva (2022), among others. We conclude that the comparatist not only has the responsibility to discuss decoloniality, but also to put it into debate in their comparative practices.

KEYWORDS:

Identities
Decolonialism
Subalternity
Comparative literature

SUBMETIDO: 5 de abril de 2025 | **ACEITO:** 18 de junho de 2025 | **PUBLICADO:** 31 de dezembro de 2025
© fólio – revista de letras 2025. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
